



# Dossiê República do Panamá

INFORMAÇÕES

POR CDH

## O país

O Panamá, oficialmente República do Panamá, é o país mais meridional da América Central e de toda a América do Norte. Situado no istmo que liga a América do Norte à América do Sul, faz fronteira com a Costa Rica a oeste, com a Colômbia a sudeste, com o Caribe ao norte e o Oceano Pacífico ao sul. A capital e maior cidade é a Cidade do Panamá, cuja área metropolitana é o lar de quase metade dos habitantes do país. O país possui um território de 75.517 km<sup>2</sup>, com uma população estimada em 3,6 milhões de pessoas, sendo a língua oficial do país o espanhol. O Panamá divide-se em 9 províncias (que falam espanhol) e 3 comarcas com status de província. A população é bastante diversificada: mais de 75% dos habitantes são mestiços, quase 6% são descendentes de povos indígenas (cunas, guaranis e chocós), sendo o restante descendente de asiáticos, africanos e europeus. O IDH do país ocupa a 60ª posição mundial, sendo o índice de 0,780. Uma das principais fontes de recursos do país está associada ao Canal do Panamá, que representa uma grande parcela do Produto Interno Bruto (PIB). O país é membro do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), Grupo do Rio, Organização dos Estados Americanos (OEA), Organização Mundial do Comércio (OMC) e um dos membros fundadores da Organização das Nações Unidas (ONU).

## Demografia Religiosa

A composição demográfica religiosa do país é constituída por 89,2% da sua população sendo adeptos ao Cristianismo (católicos 79,1%, protestantes 10,1%), outras religiões 7,7% (Islamismo 5%, Bahaísmo 1%, Judaísmo 0,3% e outras 1,4%) e não religiosos 3,1%. A cultura do Panamá é uma mistura de tradições espanholas, africanas e norte-americanas. Isso teve reflexo na composição religiosa do país, como é o caso da predominância numérica da religião cristã, o que se dá pela herança cultural espanhola como também dos Estados Unidos.

## Os Direitos Humanos e a liberdade religiosa

A Constituição, leis e decretos preveem a liberdade de religião e de culto, proíbem a discriminação com base nas religiões praticadas e garante a liberdade de religião e de culto, desde que "a moral cristã e da ordem pública" sejam respeitados. O Estado reconhece o catolicismo como a religião da maioria dos cidadãos, mas não a designa como a religião oficial do país.

Segundo a sua constituição, o ensino da fé católica em escolas públicas é obrigatório, porém com a arbitrariedade dos pais em colocar os filhos nestas aulas. Quanto à liberdade religiosa, todo cidadão tem o direito de exercer o seu cultos em qualquer limitação para além do respeito pela moral cristã e a ordem pública.. Todas as associações religiosas têm o direito de se oficializarem no país.

